



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO,
REALIZADA NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e dezessete minutos, na Sala Multiuso, sob a presidência do senhor deputado Professor Rinaldo, deu-se a abertura da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em parceria com a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems).

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Podemos (presidente da CECD) — Bom dia a todos! Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. É com muita alegria que nós estamos praticamente encerrando o ano legislativo e, que bom, Gleice Jane, que fazemos isso justamente na véspera do recesso parlamentar: discutir a educação, que é a nossa bandeira número um. Além disso, é uma grande satisfação poder receber aqui o professor Marcelo Batarce, presidente da Aduems, juntamente com os demais professores, como o Volmir Cardoso, que entrou em contato conosco. Inclusive, Gleice, realizamos uma chamada on-line com outros professores dessa universidade, pela qual temos um carinho muito especial, o Anderson Andrade e o Guilherme Rodrigues, aqui representando os técnicos. Só para vocês saberem, eu fui professor na rede pública estadual e sou técnico da Universidade Federal há quarenta anos, quando muitos aqui ainda nem sonhavam em nascer, pois ingressei na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 1985.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu nasci em 1979.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Podemos (presidente da CECD) — Achei que você fosse mais jovem. Eu ingressei na Universidade Federal em 1985 e, por isso, é uma grande satisfação recebê-los aqui. A professora Luciana Henrique veio de Paranaíba. Como fui convidado a conduzir esta reunião, realizamos, inclusive, uma breve retrospectiva, da qual a Stephanny participou conosco. Antes de passar a palavra ao professor Marcelo Batarce, Gleice, é importante recordar que, no dia 5 de julho de 2023, o professor Laércio esteve aqui conosco e apresentou a UEMS, seus números, sua dimensão institucional e a contribuição que a universidade oferece nas áreas de pesquisa, extensão, ensino e desenvolvimento do nosso estado. Naquela oportunidade, a Andrea, do Dieese, expôs o tamanho da UEMS no orçamento de Mato Grosso do Sul, esclareceu a destinação dos recursos e apontou as necessidades existentes à época, enquanto o professor Ismael, então presidente, destacou o esforço pessoal e a dedicação dos profissionais que atuam na UEMS, detalhando como o retorno econômico e social das ações da universidade supera o valor investido, o que se mostra extremamente relevante. A partir da apresentação desses dados, tornou-se evidente que, ao se estabelecer uma comparação, os resultados alcançados pela UEMS são muito superiores ao volume de recursos investidos,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

demonstrando, em síntese, que a Universidade exerce papel fundamental na captação de recursos humanos e que seus pesquisadores são responsáveis por atrair milhões em investimentos, bolsas e infraestrutura de obras e equipamentos, de modo que o montante gerado pelo esforço desses profissionais supera, de forma significativa, o valor inicialmente aplicado. Naquele momento, o então secretário de Administração, Frederico, assumiu o compromisso de atender às demandas apresentadas pela Aduems na reunião técnica, compromisso que foi posteriormente ratificado pelo governador Eduardo Riedel em reunião realizada em novembro de 2024, com a presença do professor Ismael, da professora Elen e de todos os presidentes de sindicato. As demandas apresentadas naquela ocasião mostravam-se plenamente justificadas, uma vez que o volume de investimento existente atualmente é significativamente inferior àquilo que a UEMS tem proporcionado ao estado. Faço, portanto, esse breve relato da reunião que realizamos, da qual participou também o deputado Junior Mochi, na condição de presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, para que todos tenham conhecimento do que já foi debatido neste espaço. Neste momento, passo a palavra ao professor Marcelo, que atualmente preside a entidade, para que faça as suas explanações, ressaltando que estamos aqui para ouvir, antes de tudo, não apenas na condição de deputados, mas também como professores, pois essa é a nossa causa. Gostaria, portanto, de ouvir o professor Marcelo.

SENHOR MARCELO BATARCE (presidente da Aduems) — Obrigado, deputado Rinaldo! Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e, desde já, cumprimento a deputada Gleice Jane, que é da nossa casa, bem como a companheira professora Luciana, representante da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems Pantanal), os técnicos de nível superior do Sindicato dos Profissionais Técnicos da Educação Superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Sintauems), sindicato parceiro nosso, além de todos os demais que estão aqui hoje. Vou deixar para o secretário-geral apresentar as demandas, porque ele está com o PowerPoint, tudo direitinho — o professor Volmir. Pretendo fazer uma fala talvez mais política e, por isso, renovo o agradecimento ao deputado Professor Rinaldo pela disponibilidade em convocar e organizar esta reunião, reconhecendo também o grande esforço do Volmir e, igualmente, da deputada Gleice Jane, uma vez que a primeira conversa ocorreu justamente com ela e foi dali que surgiu a ideia. Considero importante conhecer melhor esse espaço. Enquanto professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entendo que precisamos, de alguma maneira, influenciar ou atuar conjuntamente em determinados aspectos desta Comissão de Educação, que é da Assembleia Legislativa, portanto, é natural que estejamos caminhando juntos e, nesse sentido, este encontro representa um primeiro passo, uma conversa inicial. O que eu gostaria de destacar, enquanto presidente do sindicato, é algo que tenho dito, inclusive, à imprensa. Não de forma diferente do cenário nacional, vivemos hoje uma crise política profunda no interior da universidade e, justamente por isso, é importante estarmos aqui na Assembleia discutindo esse tema, pois este é um espaço próprio do debate político. Essa crise está fortemente associada às divergências em torno do modelo de universidade que se deseja para a UEMS, especialmente no que diz respeito à categoria docente, uma vez que não há consenso,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

muito pelo contrário, há uma clara crise marcada por diferentes posições. Digo isso porque atravessamos recentemente uma eleição sindical extremamente conturbada, um processo que se estendeu por oito meses, contou com intervenção do Judiciário e teve, inclusive, assembleias interrompidas em pleno andamento. Ainda que algumas pessoas tentem reduzir essa situação a um problema de natureza pessoal, compreendo que se trata, na verdade, de um problema político de dimensão mais ampla. Situações semelhantes não são estranhas às casas legislativas e às assembleias em geral, pois essa crise está presente em diferentes espaços institucionais, e a Aduems, como entidade fundamental dentro da universidade e representante da categoria docente, acabou sendo atravessada por esse contexto. A disputa eleitoral da Aduems traz, contudo, um dado muito significativo. Entre vários elementos relevantes, destaca-se o fato de termos registrado uma participação de 73% dos docentes, algo absolutamente extraordinário e inédito em nossa história. Na maioria dos sindicatos, mesmo atualmente, esse nível de participação é extremamente difícil de alcançar, em razão de uma crise sindical mais ampla, que integra a própria crise política, marcada por descrédito com relação às entidades e às direções sindicais, resultando, em geral, em baixa participação. Essa expressiva adesão ao processo eleitoral revela, na verdade, a profundidade da crise política vivida pela instituição, pois a categoria compreendeu que era fundamental disputar o sindicato naquele momento, justamente pelo impacto que ele exerce na direção política da universidade. Esse é, portanto, o principal aspecto que eu gostaria de destacar: hoje nos encontramos, dentro da UEMS, em uma crise política bastante profunda. Na semana passada, por exemplo, tivemos a votação de uma pauta estrutural da universidade, que altera o peso dos segmentos no processo de escolha do reitor, e isso ocorreu sem que houvesse um debate prévio com os docentes, sendo apresentada nos últimos quinze dias, em pleno período de férias, quando os professores estão sobrecarregados de atividades. Independentemente da legitimidade da pauta ou da posição que cada um possa assumir, o debate amplo entre os docentes é fundamental. Mais do que isso, essa ausência de diálogo apenas reforça esse momento de crise da universidade, porque evitar debate com a categoria revela uma dificuldade política evidente nessa condução. Por isso, entendo que precisamos discutir de forma mais aprofundada, Rinaldo, o modelo de universidade que desejamos, uma vez que não há consenso sobre esse tema e, ao que tudo indica, essa discussão não tem ocorrido de maneira adequada. Para concluir, considero que essa dificuldade de abertura ao diálogo, assim como episódios como a crise do sindicato durante o processo eleitoral e a forma como foi votada a pauta da paridade, são sintomas claros da dificuldade da direção da universidade em promover um debate amplo com a base acerca do modelo de instituição que se pretende construir. Essa dificuldade, por sua vez, está diretamente relacionada a um contexto mais amplo de crise, pois a crise política costuma caminhar lado a lado com a crise econômica e financeira. Ao tratarmos das nossas pautas, é inevitável destacar que acumulamos uma defasagem salarial superior a 40%, e, embora existam discussões legítimas sobre diferentes formas de implementação da carreira, a perda salarial é um dado objetivo e matemático: pode-se apresentar sob diferentes formatos, mas 44% continuam sendo 44%, e é esse percentual que precisa ser repostado. É possível parcelar, reorganizar ou discutir a forma de recomposição, porém o número permanece expressivo e incontornável. Vivemos, ainda, um



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

momento em que o ingresso do docente na universidade, especialmente do professor doutor, apresenta o menor salário dos últimos quinze anos, ou talvez de toda a história da UEMS desde a adoção do regime de tempo integral, o que faz com que hoje tenhamos o pior salário de entrada para doutores na instituição. Assim, não há dúvida de que essas duas crises, a política e a salarial, estão profundamente interligadas. Tenho dialogado, inclusive, com os companheiros do Sintauems para compreender também a realidade dos técnicos, e, embora existam especificidades, a situação não parece muito diferente, o que reforça a necessidade de aprofundarmos esse debate. Por fim, gostaria novamente de agradecer e de afirmar que este momento deve ser compreendido como um pontapé inicial, a partir do qual precisamos avançar, contando com o apoio de vocês para que possamos manter vivo e permanente esse diálogo. Muito obrigado!

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Podemos (presidente da CECD) — Antes de passar a palavra para a Gleice — depois o professor Valmir vai fazer a explanação —, eu quero fazer apenas um breve comentário. Começando aqui sobre a questão da crise. Como funcionário da Universidade Federal, posso dizer que a única greve em que nós tivemos êxito — na história da Universidade, nos quarenta anos em que eu estou lá — foi quando o discente e o técnico caminharam juntos. Foi a única greve em que nós tivemos êxito. A partir da próxima, o professor falou: "Não, isso aqui, não; a pauta deles é diferente, não dá mais", e começaram a caminhar sozinhos e, de lá para cá, nunca mais teve consenso. Então, aqui, só para falar de crise interna, de questão sindical, você falou outra coisa interessante. Hoje está aqui a Gleice, que é sindicalista, tem uma vivência dez vezes maior do que a minha. Eu participei apenas de um mandato no Sintauems, mas a verdade é uma só: os sindicatos, ao longo da história, foram desidratados. Há uma nova forma de fazer política, aí vem esse momento de polaridade, esse negócio todo... Então, eu penso assim: como cidadão, como professor, vejo que, mais do que nunca, é um momento de ter sabedoria e de ir para o convencimento, sem revanchismo e, se juntarmos o aluno, o técnico e o professor, a gente terá condições de avançar mais. Nesse ponto, quero fazer esse comentário. No outro ponto que você me disse aqui sobre a questão do professor, nós temos algumas disparidades no nosso estado. São coisas até difíceis de entender, e não é só da UEMS. Eu tenho um amigo que é doutor na Universidade Federal que, à época, o salário dele era bem menor do que o professor do município de Campo Grande. Como isso pode acontecer? Qual é a justificativa? Então, você vê que não é só a UEMS; a Federal também passa por isso. E a gente não aceita um negócio desse, porque é inaceitável e até incoerente demais, um professor com doutorado na universidade ter um piso menor do que o de outro do estado ou do município. Quanto à questão dessa defasagem que você falou — de 44% — você tinha mandado um documento falando das reivindicações. É uma coisa que realmente o Governo vai ter que ver, de forma que a gente consiga equacionar. Mas eu quero agradecer muito a sua participação, professor Marcelo, e quero dar uma saudação para a nossa querida professora Gleice, que tem mais do que legitimidade para falar desse assunto, porque não tem um dia em que ela não fale da educação. Ela tem um negócio com Dourados, é Bororó, e assim por diante... Inclusive, eu estive lá na reserva Bororó, domingo retrasado, e fiquei de queixo caído pelo que eu assisti. Eu fiquei com o coração partido. Eu



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

estava lá com a professora Jucelma, professora da UFGD, e vou até conseguir uma emenda para ela. É inacreditável, dentro de Dourados, pessoas sofrendo, sem direito à água. É difícil entender isso. Mas, enfim. E aí não é governo “A” ou “B”, não, são todos, porque eu conversei com um senhor que está lá há sessenta anos, mora em uma taperinha, o senhor Guilherme que é um líder lá. Mas, que bom que nós estamos aqui. Nós não podemos olhar para trás, não é, professor Valmir? É daqui para frente. Eu quero agradecer muito a sua participação e passo aqui a palavra à nossa querida deputada Gleice Jane.

SENHOR MARCELO BATARCE (presidente da Aduems) — A greve é o caminho para unificar as três categorias.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — É também, Marcelo. Obrigada, deputado Professor Rinaldo. Quero dar um bom dia especial para todos vocês, em nome do Marcelo. A UEMS, para mim, é minha casa. Foi lá que eu aprendi a fazer política. Esses dias ainda me perguntaram: "o que foi mais marcante na UEMS?". Eu falei: acho que quatro anos foram marcantes dentro da UEMS, porque foram momentos muito intensos, de muita luta, de momento em que a gente conquistou a autonomia da universidade, em que a gente discutia o avanço da universidade, em que a gente pensava, naquele momento, em uma universidade que tivesse mestrado, doutorado, que não fosse só para a formação de graduação. Então, eu acho que eu participei de um momento muito importante dentro da UEMS, e foi um momento em que a gente conquistou a autonomia financeira da universidade. E é importante a gente trazer essa história, porque a UEMS — o Marcelo fala aqui das crises — é uma sobrevivente e um símbolo de resistência. Eu me lembro de ter visto o Ofício nº1 do ex-governador Wilson Barbosa Martins, onde estava escrito: "destituição da UEMS", ou seja, acabar com a universidade. E aí houve uma luta para poder manter essa universidade. Então, ela foi criada, foi destituída, foi restituída novamente, e ela sempre existiu porque houve muita luta e muito enfrentamento. E tem uma coisa interessante da UEMS, que eu espero que ainda continue, que é uma paixão de quem está lá pela própria universidade. Então, essas lutas também fazem a gente se apaixonar pela universidade, e isso é muito importante. Eu tenho uma relação muito forte por conta de ter participado de todos esses movimentos, e acho que a gente precisa retomar e colocar a universidade na pauta política. Acho que vocês fazem muito bem de trazer isso para a gente, porque nós conquistamos a autonomia da universidade num contexto político de reeleição do ex-governador Zeca do PT. Ele assumiu esse compromisso, cumpriu esse compromisso, nós tivemos autonomia por quatro anos, e o governador subsequente, André Puccinelli, retirou a autonomia, sem um diálogo e sem informar previamente. Eu me lembro muito bem da forma rasteira como foi feita a retirada da autonomia da universidade. E hoje, se a gente tivesse essa autonomia, nós estaríamos aqui em outro patamar. Essa universidade estaria muito maior, com muito mais tranquilidade nos seus trabalhos e com o dobro de investimento que hoje ela tem. Porque hoje a gente deveria estar num patamar muito melhor, se não tivéssemos uma interferência política direta no processo de autonomia financeira da universidade. A gente respeita muito a autonomia da UEMS porque a universidade é que tem que pensar por si, ela é que tem que organizar suas pautas; mas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

nós temos que acompanhar isso e temos que apoiar a luta interna da UEMS. Então, quero dizer para vocês que fazem bem de trazer essa pauta para nós, e, para mim, é um compromisso político que eu tenho com a universidade, de quem é comprometida com a educação, mas também um compromisso afetivo com a UEMS. Então, contem com a gente nesse processo. E acho que hoje não é para eu falar, é para ouvir. Então, eu quero ouvir vocês, porque aqui eu costumo dizer que sou muito mandada; quando o sindicato vem aqui, manda, eu obedeço. Então, eu quero aqui ouvir o que o sindicato tem para dizer, porque quem vai decidir, quem vai apontar para a gente os rumos, são vocês. Então, o que vocês apresentarem para a gente como demanda é o que eu vou encaminhar aqui, e a Comissão também. Obrigada.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Podemos (presidente da CECD) —
Vamos agora ouvir a participação do professor Volmir.

PROFESSOR DOUTOR VOLMIR CARDOSO (secretário-geral da Aduems)
— Bom dia a todas e todos. Saúdo aqui o deputado Professor Rinaldo e a deputada Gleice Jane por terem aberto as portas da Comissão de Educação, para que a gente pudesse trazer a demanda do nosso sindicato, a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Saúdo também a nossa colega de trabalho e companheira, professora Luciana, que é representante do nosso Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Deputado, o nosso sindicato é uma seção sindical do Andes, que congrega em torno de setenta mil docentes do ensino superior do Brasil, um dos maiores sindicatos da América Latina. Isso é um ponto fundamental de organização estrutural das nossas lutas. É muito bom tê-la aqui conosco, Luciana. Saúdo também aqui o Anderson e o Guilherme, que são representantes do Sintauems. O deputado Professor Rinaldo falou uma coisa com a qual a gente corrobora totalmente: quando a gente faz a luta sindical, a gente a faz coletivamente, na perspectiva classista. Então, deputado, não tem como pensar as lutas para os avanços da universidade, os avanços salariais, se a gente pensar só na nossa categoria e no próprio umbigo. São profissionais técnicos, são docentes e são alunos que têm que estar irmanados na defesa das grandes pautas da universidade. Bom, eu vou tentar fazer uma fala mais breve também, até para, se possível, a gente ouvir mais algumas falas aqui, de representações também que a gente tem. A professora Bartolina também está aqui, é uma docente superativa, mas está aposentada. Mesmo aposentada ela segue ainda muito na ativa, com compromisso também com as ações da universidade e da pós-graduação. Ela poderá também, se possível, fazer uma fala sobre a situação dos aposentados, que é bastante alarmante diante da conjuntura que a gente tem. E aí eu gostaria de, rapidamente — até para socializar também, já que estamos fazendo o registro e filmando —, fazer um registro de quais são as nossas principais demandas, também em nível de proposta para valorização salarial dos professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. O professor Marcelo já antecipou que hoje o que está sendo colocado como principal para nós é a nossa defasagem salarial, acumulada desde 2014. Estamos falando de um número que a gente avalia como sendo chocante, do ponto de vista da nossa carreira, do ponto de vista dos docentes, dos professores que estão



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

fazendo concurso, que pretendem entrar na universidade. Quando eu entrei na universidade, no final de 2014, toda vez que tinha um concurso da UEMS, vinha doutor de todos os cantos do Brasil para prestar. O meu, que era de Letras, só da UFMG acho que vieram uns vinte doutores, vieram da USP e de vários outros lugares para prestar o concurso da UEMS, porque o salário era muito atrativo. Então, era uma referência, inclusive o salário que, naquele momento, era bem melhor do que o salário da maior parte das universidades federais. [Apresentação de eslaides]. Ali vocês vão perceber que a revisão foi zero, de 2014 a 2016, mas a inflação não estava baixa, estava galopando bastante. Se vocês olharem a segunda coluna da inflação, vão perceber que ela estava em 6% a 8%, e o reajuste foi zero. E ainda temos depois o período da pandemia, que vai de 2020 a 2021. A inflação em 2020 foram só 2%, mas em 2021 foram 8%. Se vocês olharem a série que vai de 2019 a 2021, novamente a gente tem arrocho salarial e nada de reposição. Então, esses seis anos de reajuste zero — vamos dizer assim — somados a outros momentos em que a revisão não acompanhou a inflação anual, a gente chega nessa margem bastante difícil de 44,48% de perda salarial. Esse é o cenário que a gente tem sobre a nossa reposição. E não estamos computando a inflação projetada para este ano, que pode ficar em torno dos 5%. Então, a perda salarial acumulada é muito alta. Dentro dessa série que vem de 2014 para 2025, a gente pode ver, por exemplo, o cálculo que fez o nosso presidente professor Marcelo, que é matemático. Ele fez um cálculo muito básico. Na universidade, nós temos seis níveis de carreira para o docente. Então, um professor que está no final da carreira hoje, no nível seis, em 2025, com arrocho salarial, está ganhando o mesmo que um professor de nível quatro em 2016. Eu, que entrei em 2015, é como se, de algum modo, já fosse nível seis quando entrei. Então, é como se os níveis estivessem funcionando para baixo, porque o arrocho salarial incidiu sobre eles. Então, o professor que estava mais no início da carreira ganhava o mesmo que um professor que está no final da carreira hoje. Isso é uma coisa muito concreta também. Há algo que a gente tem bastante cuidado em tratar, porque em nenhum momento a gente quer deixar transparecer que nós, professores da universidade, somos mais importantes que os professores da rede básica de educação. A gente luta, inclusive, e defende que, quanto mais professores mestres e doutores a gente tiver também na educação básica, melhor para a educação básica. Somos todos docentes da mesma forma. Mas tem algo bastante concreto para nós, que é um cenário de falta de isonomia entre as categorias docentes. Hoje, em nosso início de carreira, a gente percebe que não está conseguindo ter nem o piso da educação básica como uma garantia para nós. Então, só um exemplo aqui para vocês: um professor de quarenta horas, hoje — tudo bem que a gente praticamente não faz mais concurso só para graduação, geralmente o professor, quando ingressa, ingressa já no nível três, que é o mestrado, ou no nível quatro, doutorado —, em nossa carreira, recebe o piso de três mil e quarenta e cinco reais; isso está, no mínimo, mil e oitocentos reais abaixo do piso nacional. Então, isso impacta diretamente em todos os outros níveis, ainda que seja um professor ingressante já com mestrado no nível três, porque hoje, os concursos não estão sendo abertos com Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (Tide). Esse professor de quarenta horas está ganhando sete mil e oitocentos reais. Se for um doutor, ganha onze mil reais, mais os descontos, vocês imaginam o salário líquido, de um professor doutor em início de carreira hoje na universidade. Ele não está



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

ingressando com essas vagas de Tide, que inclusive é uma outra demanda nossa. Então, quando se tem um professor com mestrado que está ganhando dois mil e quinhentos reais a menos que um professor com mestrado em início de carreira na rede básica, isso significa uma falta de isonomia. Significa que, de algum modo, dentro do serviço público estadual hoje, a gente está tendo categorias docentes que não estão tendo a mesma remuneração salarial compatível, de uma maneira isonômica. Então, essa é uma questão muito concreta que a gente traz e apresenta. Outra questão também muito concreta — se tiver a oportunidade depois, a professora Bartolina pode falar um pouco também — é essa situação grave de vulnerabilidade salarial dos nossos aposentados. Por quê? A gente teve os 14% de desconto da Ageprev, numa reforma previdenciária que teve aqui no estado, depois também acompanhando o cenário federal. E esses 14% acabaram apertando ainda mais o calo dos aposentados nessa contribuição compulsória. Mas, mais do que isso, tivemos, na última década, a implementação de dois níveis adicionais na carreira, os níveis cinco e seis, e muitos professores, inclusive aposentados, acabaram se aposentando sem alcançar esses patamares mais elevados. Assim, esse docente permaneceu na tabela até o nível quatro e se aposentou com o salário correspondente a esse nível. Nesse contexto, o arrocho salarial de 44% incidiu conjuntamente com a contribuição previdenciária de 14%, o que acabou pesando de forma especialmente dura sobre os aposentados. Dessa forma, a situação dos docentes aposentados da UEMS é, de fato, bastante difícil, inclusive do ponto de vista das necessidades básicas. Hoje, há professores recebendo salários muito baixos, e sabemos que, com a aposentadoria e o avanço da idade, alguns gastos tendem a aumentar significativamente, como os relacionados a planos de saúde e a outras despesas essenciais. Portanto, é importante observar como todo esse conjunto de fatores acabou recaindo de maneira pesada sobre os nossos docentes aposentados. E, por último, há um ponto diretamente relacionado ao nosso trabalho, que diz respeito à preocupação com uma trava existente no nosso plano de cargos e carreiras, qual seja, a ausência de garantia de que, no médio e longo prazo da universidade, todos os docentes possam ter acesso ao regime de Tide. Atualmente, o nosso plano de carreira assegura que apenas 50% dos docentes, considerando o total de vagas de professor previstas, possam migrar para esse regime. Evidentemente, o Tide implica uma valorização salarial maior, mas, mais do que isso, deputada, ele está diretamente ligado à própria missão social da universidade, uma vez que, nas universidades públicas, essa garantia é fundamental para permitir que os professores tenham dedicação exclusiva à instituição. Trata-se, portanto, de uma forma de assegurar a permanência desses profissionais, aliada à estabilidade salarial e a condições adequadas de trabalho, possibilitando que atuem no ensino, na pesquisa e na extensão de maneira qualificada. Assim, hoje, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, todos os professores que desejam acessar o regime de Tide ainda encontram vagas disponíveis; contudo, essa é uma preocupação de médio e longo prazo, uma vez que atualmente contamos com apenas cento e vinte e sete vagas de Tide. Como é de conhecimento de todos, a universidade tem se expandido muito nos últimos anos, o que torna esse cenário ainda mais sensível. Nesse contexto, considerando que hoje existem, por exemplo, cerca de setenta professores em estágio probatório e que, ao concluírem esse período, naturalmente pleitearão o regime de Tide, essas cento e vinte e sete vagas passam a se



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

situar muito próximas de um limite — para usar uma expressão do próprio governo —, um limite "prudencial", no que se refere ao acesso a esse regime. Portanto, trata-se de uma demanda diretamente relacionada ao nosso trabalho, que envolve a questão salarial, mas que também gera grande preocupação no âmbito do nosso plano de cargos e carreiras. Em síntese, o que apresentamos como proposta ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul é que sejam sanados os prejuízos salariais acumulados em decorrência de um arrocho prolongado desde 2014, na ordem de aproximadamente 44%. Temos plena ciência do cenário econômico enfrentado pelo Governo do Estado, especialmente no último semestre, marcado pelo contingenciamento orçamentário, pelo decreto de contingenciamento e por uma série de dificuldades que, inclusive, levaram à contratação de empréstimos. Ainda assim, enquanto categoria, temos a obrigação de explicitar qual é o nosso prejuízo real, que, hoje, corresponde a uma defasagem acumulada de 44,48% no período de 2014 até o presente. A demanda dos aposentados também integra o pleito, e isso é de conhecimento de todos, uma vez que eles estão sempre presentes neste espaço. Trata-se, inclusive, de uma organização exemplar que os aposentados construíram em torno dessa pauta, especialmente no que diz respeito à revogação da contribuição compulsória de 14%. Além disso, coloca-se a possibilidade de reenquadramento de carreira, considerando que muitos desses aposentados não alcançaram os níveis mais elevados da carreira. Esse reenquadramento vem sendo debatido no âmbito da universidade, juntamente com a necessidade de garantir um acesso universal ao regime de Tide, que pode ser compreendido, por assim dizer, como uma condição básica para a atuação dos professores na universidade pública. Essa é uma prática comum nas universidades de modo geral e representa um problema que, se a universidade estadual ainda não enfrenta de forma imediata, certamente enfrentará nos próximos anos, razão pela qual é fundamental que essa discussão seja feita desde já. Nesse sentido, agradeço a oportunidade e a abertura da Comissão de Educação, pois considero essa perspectiva extremamente relevante. Inclusive, havia um encaminhamento que ficamos de solicitar, no sentido de ouvir de vocês uma orientação sobre de que maneira a Comissão de Educação pode nos auxiliar. Em primeiro lugar, ela já nos ajuda muito ao garantir este espaço e essa abertura, mas, de forma mais concreta, gostaríamos de compreender em que medida essa demanda pode chegar ao Governo e como podemos nos organizar a partir deste espaço tão importante que é a Comissão de Educação. Muito obrigado. [Fim da apresentação de eslaides].

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Podemos (presidente da CECD) — Obrigado, professor Volmir. Professora Bartolina, vai fazer uso da palavra?

PROFESSORA DOUTORA BARTOLINA RAMALHO (docente aposentada da UEMS) — Bom dia, deputada Gleice Jane, deputado Professor Rinaldo e minhas colegas que aqui estão. Eu venho como uma das aposentadas que fortalecem a luta pela revogação dos 14%, sobretudo porque o aumento da alíquota para esse patamar nos pegou de surpresa. No meu caso, por exemplo, eu já estava aposentada e contribuía com 11% sobre o que excedia o teto, e, de repente, passamos a pagar 14% de forma integral, o que provocou um impacto muito significativo na renda dos aposentados. Isso ocorre, em primeiro



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

lugar, porque, enquanto aposentados, já temos uma remuneração menor e ainda perdemos o tíquete-alimentação, que, embora possa parecer pouco, faz diferença concreta no salário. Além disso, passamos a sofrer o desconto integral dos 14%, o que acabou agravando ainda mais essa situação. Em síntese, hoje, institucionalmente, eu tenho um desconto de aproximadamente 49% do meu salário nesses termos, o que revela a dimensão do problema. Sobre esse montante incidem os 27,5% de imposto de renda, pagos integralmente, além dos 14% de contribuição previdenciária, o que gera uma diferença salarial muito expressiva, conforme demonstrado na tabela que o Volmir apresentou, e isso significa muito para nós. E, para finalizar, Volmir, com relação aos dados que você trouxe, nós, professores aposentados que iniciamos o trabalho na UEMS, temos uma longa trajetória na educação; no meu caso, são quarenta anos de atuação, com aposentadoria após trinta e seis anos de contribuição e de efetivo trabalho e, ainda assim, continuo atuando na pós-graduação. Isso ocorre porque, quando a universidade atingiu o estágio pleno de ensino, pesquisa e extensão, um número significativo de professores que ajudaram a construí-la já se encontrava próximo da aposentadoria. Nesse contexto, tenho muitos colegas que sequer alcançaram o nível cinco da carreira, embora já tivessem esse direito garantido e a legislação estivesse instituída, sob a justificativa de que a universidade não dispunha de caixa para efetuar o pagamento, o que os levou a se aposentar no nível quatro, mesmo com todos os direitos adquiridos e a legislação aprovada. O mesmo se aplica ao nível seis, uma vez que, no meu estágio de aposentadoria, não há nada que me diferencie, em termos de atuação, dos demais professores, já que continuo trabalhando na pós-graduação, desenvolvendo projetos de ensino e de pesquisa em nível nacional, além de orientar alunos. Dessa forma, a equiparação salarial dos aposentados representa uma medida de justiça, ao reconhecer professores que construíram a universidade e consolidaram seus direitos ao longo da trajetória da UEMS. Sabemos que todos aqueles que se aposentarem, inevitavelmente enfrentarão uma queda no orçamento, mas, diante de um quadro de defasagem de cerca de 40% e da ausência de reposição salarial ao longo dos anos, a situação se tornará ainda mais grave. Por isso, a luta dos aposentados da UEMS é difícil. Meus colegas dizem: "Vou me aposentar". Eu digo: não se aposentem. Se vocês ainda aguentam, não se aposentem, porque a diferença salarial é muito grande e o impacto na renda é extremamente pesado. Nesse sentido, eu endosso essa posição, pois estamos falando de professores que construíram essa universidade, professores que edificaram a UEMS e que possuíam direitos adquiridos. Quando eu ingressei na universidade, já tinha quinze anos de trabalho efetivo na educação e, de lá para cá, fomos responsáveis, inclusive, pela construção da pesquisa, uma vez que, naquele momento, ela praticamente não existia. É importante lembrar que éramos professores itinerantes, que viajavam diariamente para ministrar aulas, como bem sabem o Zeca, o Marcelo e a Luciana. Com o enfrentamento que fizemos à época, defendendo que os docentes permanecessem vinculados a uma única unidade, justamente para fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão, a universidade se transformou profundamente. Tanto é assim que, hoje, contamos com grandes centros de pesquisa consolidados em nível nacional, que fazem a diferença da nossa universidade estadual, deixando de ser apenas uma instituição voltada ao ensino para se afirmar também como centro de pesquisa e de extensão. Foi, portanto, um processo de enfrentamento e de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

construção coletiva, do qual o Adilson também participou de forma decisiva. Assim, quando falamos da luta dos aposentados da UEMS, ela não é gratuita, mas fundamentada nesses dados. Não estamos aqui apenas reclamando; ao contrário, a maioria se vê obrigada a buscar outra atividade profissional ou uma fonte complementar de renda para sobreviver, o que não é justo. Outros, como eu, permanecem vinculados à educação, continuam pesquisando e fazendo universidade, porém com uma diferença salarial muito expressiva. É nesse sentido que quero me manifestar sobre a situação dos aposentados da UEMS, destacando que a equiparação salarial fará uma diferença enorme, justamente porque fomos prejudicados por uma legislação já instituída, com direitos também já garantidos no âmbito da própria universidade, tanto para os meus colegas quanto para mim. A recomposição dos 44% certamente trará alguma melhora, mas, se não houver a equiparação salarial, continuaremos enfrentando esse grande prejuízo, que, a meu ver, decorreu de um problema de gestão à época e que nunca foi devidamente resolvido. É isso. Muito obrigada.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Podemos (presidente da CECD) — Obrigada, professora Bartolina. Agora, a professora Luciana.

PROFESSORA DOUTORA LUCIANA HENRIQUE DA SILVA (representante do Andes) — Eu gostaria, inicialmente, de manifestar minha solidariedade pessoal à professora Gleice. Eu sou a Luciana, do Andes, unidade UEMS/Paranaíba, e faço essa manifestação de solidariedade em razão dos ataques que ela vem sofrendo no exercício do seu mandato. O Andes está atento a essa situação e, inclusive, já publicou uma nota de solidariedade, porque se tratou de um episódio muito triste, sobretudo em um momento em que estamos travando a luta das mulheres. Naquele mesmo dia, esse fato foi muito sintomático para nós, o que reforça a compreensão de que este estado precisa mudar também nesse aspecto e promover transformações efetivas. O professor Volmir já adiantou algumas questões, e eu gostaria de complementar trazendo um pouco do papel do Andes. O Andes é um sindicato nacional, e a nossa entidade local, a Aduems, integra o Andes como seção sindical. O Andes existe enquanto associação desde 1981 e se constituiu como sindicato nacional em 1988, acumulando, portanto, mais de quarenta anos de luta no país, com um histórico consistente de defesa da educação. Nesse percurso, há questões que consideramos centrais e que estão registradas, inclusive, no nosso caderno dois, fruto dessa construção histórica. Entre essas questões, dialogando com pontos que já foram colocados aqui, destaco a defesa da paridade para os aposentados, da aposentadoria integral e da isonomia. Para nós, não é aceitável que professores aposentados recebam menos ou fiquem em condições piores do que aqueles que estão na ativa; isso é algo que não aceitamos. Da mesma forma, a questão do voto paritário merece destaque, e eu gostaria, inclusive, de parabenizar os técnicos, pois, apesar de todo o conflito que envolveu esse processo, trata-se de uma conquista importante, pela qual o Andes também luta, seja pela paridade, seja pelo voto universal. Essas questões para nós são caras e precisamos garantir e ampliar os nossos espaços democráticos. E a gente quer mais democracia também na UEMS. Então, a gente precisa pensar melhor, por exemplo, como é que funciona



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

o Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune), como é que se dão as escolhas dos gerentes de unidade. Tem uma série de questões para a gente pensar, não é? Então, que bom que a universidade está se abrindo para esse diálogo. A gente espera que se amplie esse diálogo e esperamos contar com a participação dos técnicos e dos estudantes para que possamos avançar. Quando o senhor fala da importância da luta dos técnicos e dos estudantes, digo que o Andes, nacionalmente, se constituiu assim, se construiu ali no bojo das grandes mobilizações do final dos anos 1980, e a gente conseguiu alguns direitos que, infelizmente, vêm sendo reiteradamente retirados. A gente passou por inúmeras reformas previdenciárias que estão causando essa situação. Eu estive recentemente no México, conversando com vários sindicalistas de lá também, e a situação do México, por conta da privatização e da seguridade social, passa por muitos problemas. Nós temos professores lá, já com noventa anos de idade, que não se aposentam, e estão trabalhando. É uma situação estarrecedora! E, pelo que a gente observa, infelizmente, se a gente não garantir uma luta — por isso que a luta dos aposentados é uma luta nossa também — isso vai ser o nosso futuro, e a gente não quer isso. Então, há uma insegurança muito grande em termos de seguridade social. Lá, inclusive, a luta dos sindicatos é junto com os técnicos e com os estudantes, porque eles já estão nesse processo avançado de deterioração dos direitos. A gente está passando por um processo muito complicado no Brasil. Eu queria também contar com a colaboração de vocês para a gente lutar contra a reforma administrativa, que é uma ameaça aos nossos direitos também, ela está aí como uma sombra. Então, essas questões a gente só consegue avançar conjuntamente. Que bom que a gente ainda tem mandatos comprometidos com a classe trabalhadora e que a gente pode vir aqui e colocar as nossas demandas! A situação dos docentes da UEMS está se tornando insustentável. Toda essa crise que se deu é, sem dúvida, expressão de uma crise maior, da ofensiva contra os trabalhadores que tem sido feita, inclusive, por parte do Congresso que a gente ajudou a eleger. Então, isso é muito importante. Por quê? Eu estou na UEMS há pouco tempo, completei oito anos agora, e nesse período tivemos muitas perdas salariais. Isso é um elemento fundamental, porque a gente tem perdido ano após ano com a questão do arrocho salarial. E, na verdade, a gente não tem conseguido lutar, sequer apresentar as pautas. A gente apresenta, vem aqui, conversa, mas não tem uma resposta efetiva. Várias vezes estivemos aqui, acompanhamos as negociações salariais, a apresentação de documentos, falando dessa demanda, da questão salarial, mas, infelizmente, nós não temos sido ouvidos. E isso, então, a gente quer, na verdade, ser ouvida. E quando um sindicato como o Andes se mobiliza, na verdade todos os outros se mobilizam. Então, nós não somos apenas quatrocentos professores. Eu gostaria de deixar isso claro aqui: nós somos mais de setenta mil professores espalhados pelo país, que estão lutando para garantir os seus direitos. Garantir que a reforma administrativa não seja efetivada é garantir o serviço público, e o serviço público atende a classe trabalhadora. A gente viu, recentemente, as mobilizações que ocorreram quando o Congresso extrapola, não é? Fica muito visível para a população de que lado o Congresso está. Então, eu acho que é muito salutar que a gente esteja aqui debatendo, que vocês estejam aqui dispostos a ouvir, porque, senão, nós vamos ter que ir para as ruas. Nós estamos no diálogo, há muito tempo estamos tentando conversar. Quanto à questão da greve, de que foi falada, é um instrumento de luta, foi uma



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

conquista dos trabalhadores, só que é uma conquista que a gente usa em última instância. Primeiro a gente tenta o diálogo. Nenhum professor quer entrar em greve, nenhum técnico quer entrar em greve. A gente quer estar na universidade, fazendo aquilo que gosta de fazer: ensino, pesquisa e extensão. Mas, do jeito que a situação anda... A gente não sabe como vai ser este ano; vai ser muito difícil, porque a gente já está há bastante tempo sem ser ouvido. E aí, quando os trabalhadores não são ouvidos, só lhes resta, como alternativa, as mobilizações, as greves. E eu gostaria de dizer para vocês que nós, do Andes, viemos acompanhando e achamos que o nosso sindicato teve muita paciência nesse processo de negociação; mas os trabalhadores estão perdendo a paciência. E, quando uma direção ou mesmo um parlamentar não escuta o clamor dos trabalhadores da sua base, eles são suplantados, eles são superados. É assim que acontece historicamente. Então, quero fazer um apelo para que, de fato, a Aduems seja considerada, seja ouvida. A gente sabe do esforço que tem sido feito, do aumento com relação à infraestrutura, e temos acompanhado essas melhorias, mas elas são insuficientes, porque o que faz a universidade não são os prédios, o que faz a universidade não são os carros, o que faz a universidade são as pessoas. Inclusive, os nossos técnicos também precisam ser valorizados, porque existe uma desigualdade histórica em termos de defasagem salarial entre professor e técnico. Então, por exemplo, uma das bandeiras que a Andes defende é a carreira única, que a gente tenha uma carreira única, um piso salarial único para os docentes da rede básica e da rede do ensino superior, mas que atenda às nossas necessidades enquanto trabalhadores. Entendemos que essa luta é uma luta conjunta, é uma luta que tem que ser feita com técnicos, com estudantes, e a gente faz um apelo aqui para que vocês levem esse apelo, de dizer: "olha, os trabalhadores estão cansando, estão cansados de esperar por mudanças efetivas". É isso.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Podemos (presidente da CECD) — Obrigado. Bem pertinentes as suas ponderações. Agora, vamos ouvir o representante dos técnicos, o Anderson. Eu gostaria muito que os demais membros da comissão estivessem aqui; mas, dos cinco, três estavam na CCJR, que são os deputados Junior Mochi, Caravina e a Mara Caseiro, e nós dois aqui. São cinco membros titulares, mas nós vamos encaminhar tudo aquilo que nós ouvimos. Você já mandou as reivindicações, e nós vamos encaminhar ao Governo do Estado. E vocês estão muito certos, este é mesmo o papel dos representantes, é o que a base espera, que vocês venham trazer o clamor de todos eles. Então, vocês estão cumprindo o seu papel, nós estamos aqui cumprindo o nosso papel, não é, Gleice? A gente só não tem a caneta para atuar de forma discricionária. Mas eu sempre acredito que nós não vamos mudar Campo Grande, o estado, o Brasil, se não for pela educação. E, quando eu falo educação, é realmente permitir que haja infraestrutura adequada. Mais do que a infraestrutura física, são as pessoas que fazem acontecer. Eu digo isso porque sou funcionário da UFMS há quarenta anos e sei da luta de vocês.

SENHOR ANDERSON ANDRADE RODRIGUES (representante do Sintauems) — Bom dia a todos. Quero agradecer ao deputado professor Rinaldo e à deputada Gleice Jane também, pelo espaço, e agradecer também ao professor Volmir e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

ao professor Marcelo, que nos convidaram, conseguiram agenda e convidaram a nossa categoria. Entraram em contato com a nossa presidente, a Cândida, e com a Ana Maria, que entrou em contato comigo. Sou representante local do sindicato, para vir fazer presença. Quero parabenizar o professor Volmir e o professor Marcelo pela apresentação, muito bacana. A professora Bartolina também explicou bastante a questão dos aposentados. Quero parabenizar também essa união deles, essa preocupação com os aposentados, porque, infelizmente, nas categorias, muitas vezes há aquela preocupação com o pessoal da ativa e se esquece o aposentado; isso é muito importante, é muito legal. Eu sou servidor da UEMS há vinte e um anos. Eu trabalhava na Agência Estadual de Imprensa Oficial (Agiosul) e, naquele momento, a carreira da UEMS era muito atrativa. Então eu fiz o concurso, depois a Agiosul passou o pessoal para a Secretaria de Estado de Administração (SAD). A colega que entrou no meu lugar depois, viu o salário dela subindo. Se eu tivesse ficado... E o salário da UEMS foi baixando, baixando, baixando. Em 2018 e 2019, nós fizemos um estudo: o salário do técnico da UEMS era um dos piores salários do Brasil, comparado com outras instituições. Não me lembro se o deputado Professor Rinaldo estava, na época, na Assembleia. E aí nós fizemos uma manifestação naquele momento, viemos à Assembleia Legislativa, e os deputados — até agradeço — compareceram à nossa luta, e destinaram uma emenda de três milhões para nos apoiar, mas, infelizmente, na universidade, naquele momento, foi usado para outras demandas; o dinheiro não foi usado na nossa carreira. Mas, enfim, nós continuamos a luta. Em dezembro de 2021, foi promulgada a nossa carreira e, a partir de 2022, começou a vigor. Nós saímos lá dos últimos salários do Brasil e chegamos perto do meio, entendeu? Ainda não foi o ideal. Na época, tivemos o apoio do agora governador, Eduardo Riedel, que nos ajudou bastante na nossa carreira e deu esse apoio. Só que ficaram faltando algumas coisas, não deu para implantar tudo, e ficou longe de ser a maneira ideal. Tivemos também bastante apoio dos deputados, por isso agradecemos também à Assembleia. O que faltou para a gente foi o reenquadramento dos servidores antigos. Nós somos reenquadrados de cinco em cinco anos, ou seja, um servidor de vinte ou vinte e um anos de casa entrou na letra E, porque foi reenquadrado de cinco em cinco; já os servidores novos que estão entrando, com vinte e um anos estarão na letra G, entendeu? Essa é a demanda principal do nosso sindicato hoje, porque nós, que somos mais antigos, ficamos na letra E, e o pessoal novo, não; com vinte e um anos chega na G. E nós é que construímos, e estamos nessa luta... A universidade tem um problema muito grande. Se vocês analisarem as universidades no Brasil, o número de técnicos é muito maior do que o número de docentes, e a UEMS é o contrário. Nós sempre tivemos o número de técnicos menor, e a UEMS vem expandindo, aumentando os cursos, setores, servidores, mas o número de técnicos se mantém o mesmo. Para a gente, é uma carga muito pesada. Nós precisamos muito também de concurso público. E a nossa carreira, assim como a dos docentes, também está engessada. Nós estamos perto do limite. Nós temos o limite de quinhentos técnicos, e hoje nós temos quatrocentos e setenta e oito ou setenta e nove, e alguns passaram em outros concursos, estão em vacância; não pode fazer concurso, não pode chamar ninguém. Outro problema na nossa carreira é a promoção das letras. Na maioria das carreiras do estado, de A para B são 10%, e até o final 5%, totalizando 40%. A nossa carreira ficou 4% de A para B até o final, entendeu? Se eu não



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

me engano, totaliza 28%. Nós temos essa perda. Então, hoje, as nossas principais demandas são o reenquadramento de três em três anos e essa correção das letras, conforme a maioria das carreiras do estado. E, assim, hoje nós temos um canal aberto com o Governo e estamos negociando. Viemos apresentar e agradecemos o espaço cedido por vocês. Muito obrigado pelo apoio. Esperamos continuar contando com o apoio da Assembleia às nossas demandas. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Podemos (presidente da CECD) — Obrigado, Anderson. Como eu disse no início, existem algumas disparidades. Eu conheço histórias de concurso — não é o caso da UEMS — em que a pessoa, com a mesma formação, trabalhando na mesma secretaria, tem diferenças de três, quatro mil reais de salário de um para o outro, porque foi designado para outro local, no mesmo concurso. Então, existem algumas disparidades. Não vou nem falar do professor convocado, não é, Gleice? Nós temos hoje 62%. Na UEMS são 40%. Então, existem algumas disparidades, e a gente fica aqui na torcida para que haja a condição necessária, a sensibilidade, para que essas demandas sejam atendidas. Eu quero agradecer, Anderson, a você e ao Guilherme, que estão representando os técnicos. Eu tenho aqui as reivindicações dos docentes, que o Marcelo mandou para a gente. Se você puder, depois, mande no nosso WhatsApp as reivindicações específicas que você disse aqui, em nome da categoria, para a gente encaminhar ao Governo, em nome dos cinco membros titulares da Comissão de Educação. Professor Zeca, José Barreto, Valmir, obrigado pelo carinho e pelo nosso bate-papo on-line. Aquela professora que estava junto com a gente é a Mirian, não está aqui conosco, acabou de ir embora. Estava em Campo Grande e vai dar aula em Dourados. Professora Bartolina, Luciana, a todos vocês que vieram, nossa querida deputada Gleice Jane, quero agradecer de coração. Amanhã teremos nossa última sessão aqui. Eu espero que a gente tenha êxito; é o desejo do nosso coração. E que vocês tenham um Natal de paz, que a gente tenha um estado mais justo, mais fraterno, mais solidário, com mais tolerância. Usamos do microfone da Assembleia para expressar solidariedade à deputada Gleice Jane. Eu tenho pavor de qualquer tipo de extremo, seja de direita, de esquerda, de gente, de credo religioso. O amor tem que estar no nosso coração. Quando você respeita a individualidade de cada um, você passa a viver muito melhor, com mais leveza, e é assim que eu tenho pautado a minha história. Você falou que não sabia se eu estava aqui; eu estou no quinto mandato e me lembro inclusive que o professor Fábio uma vez me disse: “Rinaldo, eu queria estender a educação da UEMS para todo o estado.” Eu respondi que era muito simples, que eu precisava de dois milhões e quatrocentos mil reais; e disse: “Fábio, a coisa mais simples que tem é protocolar o pedido nos vinte e quatro gabinetes dos deputados e pedir cinquenta mil de cada um”. E eu fui o primeiro a assinar. Então, da minha parte, sem nenhuma demagogia, vocês sempre terão aqui o nosso apoio, porque essa é a nossa causa, a gente vive isso. Muitas vezes somos mal interpretados, às vezes as pessoas acham que a gente não faz nada, porque o fazedor é o Executivo, mas nós cobramos, participamos, nos mobilizamos e seguimos acompanhando. Eu espero que o Governo tenha a condição necessária — não quero aqui jogar água fria, jamais —, mas a gente tem enfrentado algumas dificuldades, e isso não se justifica, porque se pode tirar de qualquer lugar, menos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REALIZADA EM 15/12/2025**

da área mais importante, que é a educação. E tudo aquilo que estiver ao nosso alcance nós faremos, dentro do nosso limite. Desejo a todos um Feliz Natal e que, em 2026, possamos viver dias melhores. Um grande abraço. Dou por encerrada esta reunião. Lucilene, obrigado também pela sua presença aqui conosco. Não havendo mais nada a declarar, esta presidência declara encerrada a reunião, agradecendo ao professor Marcelo, ao Volmir e a todos vocês que estiveram aqui. Um grande abraço a todos (9h48min).